

História e Arqueologia do Saber

Pedro Ragusa

Ao estudar a bibliografia citada para este trabalho, talvez a primeira impressão seja de que se trata somente de compreender algo como uma trajetória linear de um procedimento de pesquisa como o arqueológico, e depois entender sua extensão nas diferentes obras realizadas pelo autor, como aconteceria tradicionalmente com a aplicação de um método a um *corpus* a determinado objeto

Acontece que as histórias arqueológicas não possuem algo como uma essência ou uma prática operacional homogênea que se possa traduzir sob a condição de uma unidade metodológica de pesquisa que faça a verdade aparecer limpa e tranqüila.

Quando pensamos na arqueologia foucaultiana em sua relação com a prática historiográfica devemos já ter em mente que esta operação não é fixa, e que também não procura estabelecer ou iluminar o passado com verdades. As histórias arqueológicas são moveis, pois deslocam-se pelos discursos e pelas práticas em suas camadas, contornam os saberes procurando descrever e individualizar os enunciados discursivos. A arqueologia também não assume o caráter de uma ciência, seu horizonte não é o de uma racionalidade.

Pois a arqueologia não procura descrever os discursos das disciplinas científicas em sua relação com as verdades que estes discursos podem revelar, mas procura descrever seus limites, seus limites e pontos de cruzamento, o que Foucault chama de um “emaranhado de interpositividades” (FOCAULT, 2007).

Dessa forma podemos aceitar que na prática operada por Foucault a arqueologia estaria em uma nova região do conhecimento, e não compreender isso como ponto de partida é arriscar ao erro qualquer investigação sobre a arqueologia.

Roberto Machado comenta sobre isso contrapondo à história arqueológica a história epistemológica, escrevendo que a arqueologia seria um deslocamento da ciência para o saber em relação à epistemologia, que se situaria na descrição das ciências e suas verdades.

[...] A arqueologia, reivindicando sua independência em relação a qualquer ciência, pretende ser uma crítica da própria idéia de racionalidade; enquanto a história epistemológica, situada basicamente no nível dos conceitos científicos, investiga a produção de verdade pela ciência, que ela considera como processo histórico que define e aperfeiçoa a própria racionalidade, a história arqueológica, que estabelece inter-relações conceituais no nível do saber, nem privilegia questão normativa da verdade, nem estabelece uma ordem temporal de recorrências a partir da racionalidade científica atual (MACHADO, 2006:9).

E ainda:

[...] a arqueologia realiza uma história dos saberes de onde desaparece qualquer traço de uma história do progresso ou da razão. A arqueologia jamais criticou a epistemologia, implícita ou explicitamente, a epistemologia, mas mesmo, respeitando sua especificidade, sempre procurou mostrar como a história epistemológica se encontrava na impossibilidade de analisar convenientemente o tipo de problema que ela pode elucidar. Parece-nos mesmo que a riqueza do método arqueológico é ser um instrumento capaz de refletir sobre as ciências do homem como saberes, neutralizando a questão de sua cientificidade e escapando ao desafio impossível de realizar, nesses casos, uma recorrência histórica, como deveria fazer uma análise epistemológica. O que não significa, como veremos, abandonar a exigência de uma análise conceitual capaz de estabelecer descontinuidades, certamente não epistemológicas, mas arqueológicas, isto é, situadas no nível dos saberes (MACHADO, 2006:9).

Dissemos anteriormente que a arqueologia seria uma forma de pesquisa móvel, e que sofreu transformações na sua forma de descrever os enunciados discursivos durante sua trajetória, e isso acarretou em modificações conceituais importantes, e que deverão constituir uma importante parte deste trabalho quando em execução.

Daí pensarmos na existência de uma trajetória arqueológica, sendo um de nossos principais objetivos demonstra-la sempre acompanhada em sua relação com a história. Por ora podemos escrever que na trajetória arqueológica existiram múltiplas definições quanto a sua ontologia que não se fixam em cânones rígidos, mas que podem ser instruídas e direcionadas pelos documentos que estão sendo pesquisados, assim a arqueologia desloca-se e configura-se com um caráter provisório.

Em *Historia da loucura* (FOUCAULT, 2007) temos uma arqueologia da “percepção” e das representações que se fez sobre a experiência da loucura, sobretudo na época clássica. Esse livro inaugurou a série de trabalhos arqueológicos. Rabinow e Dreyfus assim comentaram esse trabalho; “Ele tanto poderia ter prosseguido na análise da significação das praticas discursivas e sua relativa dependência as

instituições sociais. Onde denuncia as estratégias de controle condicionado, com métodos e resultados obtidos nas ciências “objetivas” do homem” (RABINOW, DREYFUS:2010). Dessa forma podemos dizer que, em *História da Loucura*, Foucault oferece um privilégio aos espaços institucionais de controle do louco e dos saberes a ele intrinsecamente relacionados.

Entendemos que a pesquisa arqueológica de Foucault procura centralizar e compreender o homem por uma filosofia da relação, sendo esta relação a das práticas (fazer) discursivas (falar) estabelecida com os objetos que podem ser “conhecidos e nomeados” pelas ciências modernas, assim ele pretende pensar como é operado o discurso moderno (expresso pelos enunciados discursivos) de algum objeto do saber (como a loucura) situando-o em relação ao que foi dito, escrito e feito sobre este mesmo objeto no período clássico, (entendido este como os séculos XIV, XV, XVI principalmente).

Para compreendermos a história arqueológica de Foucault podemos partir dessa constatação: todas as suas análises estão centradas no homem, isto é, formam uma grande pesquisa sobre a constituição histórica das ciências do homem na modernidade.(MACHADO, 2006:9)

Isso se torna possível por que Foucault pensa a História em “camadas sedimentares”, estratos ou formações discursivas, feitas de coisas e palavras, daquilo que se vê e que se fala.

Por isso se tornou lugar comum dizer na historiografia atual, que o pensamento de Foucault provocou um abalo significativo sobre os métodos de se praticar a escrita da História.

Por isso quando consideramos Foucault e seu pensamento sobre a História, devemos considerar uma advertência do mesmo com relação a sua visão do trabalho do historiador e de seus métodos para lidar com seus objetos de pesquisa, pois Foucault esperava algo diferente da História como, por exemplo, o abandono da idéia de razão e progresso que norteava o desenvolvimento do conhecimento numa trajetória evolutiva como queria a epistemologia francesa.

[...] a arqueologia realiza uma história dos saberes de onde desaparece qualquer traço de uma história do progresso ou da razão.(..) O que não significa como veremos abandonar a exigência de uma análise conceitual

capaz de estabelecer discontinuidades, certamente não epistemológicas, mas arqueológicas, isto é, situadas no nível dos saberes (MACHADO, 2006:9)

Com Deleuze em seu livro intitulado *Foucault*, podemos encontrar de forma bem clara, quais as intenções de Foucault procurar e fazer na História um dos principais fundamentos para a realização da pesquisa arqueológica.

O que Foucault espera da História é esta determinação dos visíveis e dos enunciáveis em cada época, que ultrapassa os comportamentos e as mentalidades, as idéias, tornando-as possíveis. Mas a História só responde porque Foucault soube inventar, sintonizando com as novas concepções dos historiadores, uma maneira propriamente filosófica de interrogar, maneira nova e que dá nova vida a História (DELEUZE, 2005:58,59).

Deleuze ainda comentando o trabalho de Foucault neste mesmo livro;

Uma “época” não preexiste aos enunciados que a exprimem nem as visibilidades que a preenchem. São os dois aspectos essenciais: por um lado, cada estrato, cada formação histórica implica uma repartição do visível e do enunciável que se faz sobre si mesma; por outro lado, de um estrato a outro varia a repartição, porque a própria visibilidade varia em modo e os próprios enunciados mudam de regime. Por exemplo, “na idade clássica”, o asilo surge como uma nova maneira de ver e de fazer ver os loucos, bem diferente da maneira da Idade Média, ou do Renascimento; e a medicina, por sua vez, assim como o direito, a regulamentação, a literatura, etc., inventaram um regime de enunciados que se refere à desrazão como novo conceito (DELEUZE, 2005:58).

Para iniciarmos a discussão teórica deste trabalho, vamos retomar a seguinte questão; O que Foucault pretendeu com a pesquisa arqueológica nos domínios da História? No horizonte da pesquisa arqueológica foucaultiana está à preocupação em perceber a emergência dos acontecimentos, quando estes só existem como possibilidades das praticas discursivas (enunciáveis e visíveis) do saber-poder em uma determinada época, isso significa estabelecer o momento exato e as condições de possibilidades do nascimento de um determinado discurso do saber sobre algum objeto, e sempre situando as relações estabelecidas entre os sujeitos e as estratégias ou esferas do poder que cada época e episteme articulam e ordenam para construção da realidade.

O trabalho arqueológico deve-se realizar no domínio das coisas ditas, mas não deve limitar-se a isso, pois o arqueologista procura por abrir as palavras e encontrar ali as possibilidades das práticas humanas que gravitem em torno do que é dito e escrito.

O que representa descrever o conjunto dos discursos institucionalizados e efetivamente pronunciados e praticados num período dado e que continuam a existir através da história, (esse conjunto de relações discursivas Foucault chamou de arquivo). E a partir disso, Foucault busca descobrir as regras estruturais de formação, as práticas e as condições de funcionamento que formam e dirigem esses discursos numa época dada constituída por seus acontecimentos.

Para se realizar essa pesquisa, em primeiro lugar deve-se abordar os discursos em um nível anterior a sua classificação em tipos, como fazia a história das idéias¹ tradicionalmente, dessa forma a análise é feita sem respeitar a distinção dos discursos em tipos, ou seja, sem obedecer as distribuições tradicionais do discurso em ciência, filosofia, romance, poesia, etc. Assim a pesquisa arqueológica deve ser capaz de analisar o que se diz em todos esses domínios sem estar limitada por aquelas antigas divisões.

Como isso é possível? A arqueologia é um procedimento que irá escavar verticalmente as camadas descontínuas dos discursos com a “finalidade” de trazer a luz e fazer aparecer conceitos e práticas marginalizados fazendo um esforço para desvelar praticas discursivas que historicamente constituem determinados sujeitos e objetos.

Neste processo de pesquisa Foucault se depara com problemas da seguinte ordem; Que relações mantemos com a verdade por meio de um saber científico? E como podemos nos constituir como sujeitos e objetos da verdade científica? Isso parece deixar claro que o foco destas pesquisas centralizam-se no homem, no saber, na verdade e no poder.

Mas o que significa procurar pelas camadas descontínuas, pelos níveis descontínuos do discurso? Significa que o historiador arqueólogo não devera mais tapar os buracos, anular as rupturas para reconstruir as continuidades históricas. O conhecimento histórico quando realizado no projeto arqueológico investiga os documentos como algo criado e não dado. Para a arqueologia o documento é organizado, recortado e distribuído em series construídas .

Estas séries descontínuas permitem traçar os limites dos objetos de estudo, como por exemplo algum discurso científico, e assim descrever seus limiares,

¹ Ver introdução de *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária. 2007.

seus pontos de ruptura. A arqueologia é então um método que permite construir uma narrativa histórica que não seja fechada em torno de um centro original, mas ao contrário, nos permite conhecer as práticas discursivas da história no espaço da dispersão.

Entendemos que Foucault, não pretendia com isso estabelecer uma positividade para a ciência histórica, pois na arqueologia o que interessa é abrir e desvelar as estruturas imutáveis para uma descontinuidade temporal, para as mudanças e para os deslocamentos que regulam as práticas discursivas.

A *Arqueologia do Saber* foi o título do último trabalho de Foucault dentre os chamados arqueológicos, neste livro técnico, a reflexão sobre o procedimento das histórias arqueológicas está bem fundamentado, sobretudo pelo fato de auxiliar na compreensão dos livros anteriores, pois esse livro não caracteriza uma pesquisa histórica e sim uma reflexão sobre a trajetória de um “método”. Dessa forma iniciaremos nosso trabalho de estudo entre a História e a arqueologia justamente pelo último de Foucault, rompendo com a cronologia habitual.

Na *A arqueologia do saber*, Foucault vai explicar como e porque os discursos quando interrogados pela arqueologia, acabam por se mostrar em um nível anterior, mais elementar e baixo que os da ciência por exemplo, passível assim de uma neutralidade.

Mas Foucault, ao rejeitar as formas tradicionalmente aceitas na história das idéias, como ele mesmo explicou na introdução de *A arqueologia do saber* para análise dos discursos, nos trás um problema, como reencontrar a unidade que ao menos eles podem oferecer e que possibilita situar o objeto da pesquisa histórica?

Para Foucault é preciso colocar em suspenso as unidades discursivas, pois os recortes e reagrupamentos com os quais temos familiaridade (como exemplo a idéia de continuidade) devem ser deixadas de lado, não sendo mais aceitas como válidas, pois para Foucault as unidades discursivas nem sempre existiram, por exemplo categorias como a política e a literatura, como as conhecemos hoje, são bastante recentes, não podendo ser aplicadas a cultura medieval.

Outra vantagem de se libertar os discursos dos agrupamentos é o possível surgimento de outras unidades discursivas, aparecendo nos conjuntos

discursivos que antes estavam invisíveis. Mas esses discursos invisíveis não são novos, na verdade eles já existiam, mas não eram percebidos.

Agora estamos diante de um novo problema, será possível propor novos tipos de unidade, ou devem-se aceitar os discursos como pura dispersão?

Foucault formulou em *A arqueologia do saber*, quatro hipóteses sobre a unidade dos discursos (como exemplo, a gramática, a economia e a medicina), entendemos que são quatro hipóteses que Foucault analisa e “rejeita”, como princípios de individualização e unidade dos discursos², que apresentaram os seguintes resultados.

1º O que faz a unidade de um discurso não é o objeto ao qual este discurso se refere, por isso, não é a unidade, por exemplo, do objeto loucura que irá constituir a unidade psicopatológica, sendo na verdade o inverso é a loucura que foi constituída como discurso pelo que se disse a seu respeito.

2º A organização do discurso não é presidida por sua forma de encadeamento, uma forma constante de enunciação, um “estilo” como escreve Foucault. O autor explica³ que se trata antes de um grupo de enunciações heterogêneas que coexistam em uma mesma disciplina, como exemplo a clínica médica.

3º A unidade dos discursos também não pode ser encontrada na caracterização de um sistema fechado de conceitos que são compatíveis entre si, que seria uma espécie de “núcleo base” a partir do qual os outros discursos seriam derivados, e assim formariam o que Foucault chamou de uma “arquitetura conceitual”⁴.

É necessário explicar o aparecimento de novos conceitos, sendo alguns até incompatíveis com outros, o que só é possível pela definição de um sistema de regras de formação de conceitos.

4º A quarta e última hipótese formulada por Foucault sobre os princípios de unidade discursiva, refere-se à afirmação de que não é a presença de um mesmo tema que serve de princípio de individualização dos discursos. O tema evolucionista na biologia, e o tema fisiocrático na economia, por exemplo, Foucault

² Ver *A arqueologia do saber*. Página 35/36. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária. 2007.

³ Idem. Pág. 36

⁴ Idem. Pág. 39

demonstra que o mesmo tema pode-se encontrar em dois tipos diferentes de discursos, como também um único discurso pode produzir temas diferentes⁵.

Agora podemos responder a pergunta que se apresentou anteriormente; Os discursos possuem princípios de unidade? A conclusão que chegamos com a leitura da *Arqueologia do saber*, é que na verdade para Foucault não existem princípios de unidade sobre os discursos quando se investiga estes pela arqueologia.

E é nesse espaço que surge a idéia de analisá-los como pura dispersão. Espera-se com isso, que a prática da análise arqueológica “anule” a dita unidade de um discurso, como uma ciência ou um romance, por exemplo, portanto a unidade buscada ao nível do objeto, do tipo de enunciação, dos conceitos básicos e dos temas, é na realidade para o método arqueológico uma dispersão de elementos, dispersão esta que pode ser evidenciada pelo sujeito (autor), no qual este é atravessado pelo discurso, não sendo o portador do discurso, mas o “objeto” pelo qual o discurso aparece e se realiza.

Se compreendermos então os discursos como pontos de dispersão, podemos com isso encontrar a razão do por que a arqueologia desrespeita os antigos métodos estabelecido, sobretudo pela história das idéias, e analisa os discursos em um nível de neutralidade com relação as possíveis unidades do discurso.

Os discursos são aceitos como sendo formados por elementos que não estão ligados por nenhum princípio de unidade como os acima enumerados. Aceito esta tese dos discursos como dispersão de elementos e sem princípios de unidade, devemos então analisá-los como uma descrição dessas dispersões.

O objetivo dessas descrições que Foucault propõe na *Arqueologia do saber*, é procurar estabelecer as regularidades que acabam por funcionar como leis da dispersão. Isso quer dizer em outras palavras, que se trata de formular regras capazes de reger a formação dos discursos.

Essas regras são tão fundamentais, que podemos pontuá-las como a condição de existência de um discurso, Foucault as identifica como as regras de formação, essas regras de formação tem suas funções bem definidas, elas devem explicar como os discursos se produzem e se distribuem dentro de um conjunto. Vejamos o que Foucault escreveu sobre essas regras:

⁵ Idem. Pág. 40

Chamaremos de regras de formação, as condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição (objetos, modalidade de enunciação, conceitos, escolhas temáticas). As regras de formação são condições de existência (mas também coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva.(FOUCAULT, 2007:43)

Estamos agora diante de um conceito que pode ser considerado como um dos fundamentos para a pesquisa arqueológica, por isso consideramos necessário melhor conhecê-lo. Antes vamos sistematizar o que fizemos até aqui; Primeiramente, criticamos a possibilidade de se estabelecer princípios de unidade a partir de objetos, enunciados, conceitos e temas.

Entendemos que estes não são critérios pertinentes para a análise, nenhum desses componentes são regras, pois na verdade o que ocorre é o contrario, eles mesmos (discursos) são regulados em seu aparecimento e possível transformação. Assim a descoberta dessas regras que disciplinam objetos, tipos enunciativos, conceitos e temas podem caracterizar o discurso como regularidade, delimitando o que Foucault chamou de “formação discursiva”, logo um sistema de regras de formação determina uma “formação discursiva”.

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos por convicção que se trata de uma formação discursiva.(FOUCAULT, 2007:43)

Isso quer dizer então, que o discurso quando analisado como uma dispersão de elementos pode ser descrito como regularidade e por isso individualizado, descrito em sua singularidade, quando suas regras de formação forem determinadas nos diversos níveis expostos por Foucault em seu livro. Vamos examiná-los.

1º O primeiro nível corresponde aos objetos, trata-se de defini-los, não se trata de um único objeto, mas de objetos que aparecem, coexistem e se transformam, pode-se assim circunscrevê-los através da definição de um “espaço comum”, para delimitar o espaço comum dos objetos é necessário estabelecer um conjunto de relações entre as instâncias de emergências, de delimitação e de especificação dos objetos.

2º No segundo nível Foucault identifica como a “formação das modalidades enunciativas”. Se já foi aceito por nós, que o discurso não deve ser caracterizado por um modo determinado e enunciação, como por exemplo, a medicina clínica do século XIX, que era formado por vários tipos de enunciados (narrativas biográficas, demarcação, recorte dos signos, dedução etc..). Como não existe uma única forma, então é preciso descrever uma coexistência de formas diversas para poder situar uma determinada articulação. Por isso analisar os discursos e determinar as regras que tornam a existência de diversos enunciados possíveis.

3º Ao nível da formação dos conceitos. Na análise dos discursos é preciso estar sempre definindo as regras de formação dos conceitos, pois estas regras permitem relacioná-los num sistema comum. Esse sistema de formação conceitual deve estar por isto atento a emergência simultânea ou sucessiva de conceitos dispersos heterogêneo e mesmo incompatíveis.

4º Ao nível da formação das estratégias. O objetivo deste nível de análise é definir um sistema de relações entre diversas estratégias que possam ser capaz de descrever sua formação.

Dessa forma, a análise dos diversos níveis do discurso nos revela que falar sobre os discursos é falar sobre relações discursivas ou de regularidades discursivas, pois as regras que caracterizam um discurso como individualidade se mostram como um sistema de relações, por isto as relações entre objetos, tipos enunciativos, conceitos e estratégias podem possibilitar a passagem da dispersão a regularidade.

Mas, como falar de um sistema único de análise quando na verdade Foucault apresentou quatro sistemas diferentes para esta tarefa, segundo o autor nenhum deles pode ser considerado como fundamental ou mais importante, pois estes quatro sistemas de relações também se relacionam entre si, formando um sistema, pois constituem quatro níveis que são o próprio discurso, por isso podemos pensar que não existe autonomia de nenhum sobre os outros, mas uma dependência vertical entre estes quatro sistemas.

Ainda podemos pontuar que a análise arqueológica quando trabalha como descrição dos discursos não deve se fechar no interior do próprio discurso, mas ao contrário deve articular o acontecimento discursivo com o acontecimento não discursivo, dessa forma não se fica somente no nível do discurso mesmo sendo este o

objeto de análise da arqueologia, deve-se buscar estabelecer uma relação com acontecimentos de outras ordens sejam elas sociais política, econômica e técnicas.

Finalmente depois dessa tentativa de percorrer o caminho da análise discursiva pelo método arqueológico estamos diante da conclusão que a análise arqueológica tematiza os discursos pelas suas regras de formação demonstrando a formação discursiva e definindo o discurso como um conjunto de enunciados, portanto é nesse sentido que a análise arqueológica é uma descrição dos enunciados.

Alem dessa análise encontrada na *Arqueologia do saber*, podemos perceber também como Foucault prática a pesquisa arqueológica, na leitura de sua resposta ao círculo de epistemologia quando questionado sobre a arqueologia das ciências humanas. Nesse trecho Foucault escreve que o seu esforço está em fazer aparecer os enunciados discursivos de uma determinada época, podendo estabelecer o marco de surgimento e as estratégias de conservação desses enunciados na sua relação com os outros enunciados.

O que se trata fazer aparecer é o conjunto de condições que regem, em um momento dado e em uma sociedade determinada, o surgimento dos enunciados, sua conservação, os laços estabelecidos entre eles, a maneira pela qual os agrupamentos em conjuntos estatutários, o papel que eles exercem, a série de valores ou sacralizações pelos quais são afetados, a maneira pela qual são investidos nas práticas ou nas condutas, os princípios segundo os quais eles circulam, são recalcados, esquecidos, destruídos ou reativados. Em suma trata-se de o discurso no sistema de sua institucionalização. Chamarei de arquivo, não a totalidade dos textos que foram conservados por uma civilização, nem o conjunto de traços que puderam ser salvos de seus desastres, mas o jogo das regras que, em uma cultura, determinam o aparecimento e o desaparecimento de enunciados, sua permanência e seu apagamento, sua existência paradoxal de acontecimentos e de coisas. Analisar os fatos de discurso no elemento geral de arquivo é considerá-los, não absolutamente com documentos (de uma significação escondida ou de uma regra de construção), mas como monumentos;- é fora de qualquer metáfora geológica, sem nenhum assinalamento de origem, sem o menor gesto de direção do começo de uma arché- fazer o que poderíamos chamar, conforme os direitos lúdicos da etimologia, de alguma coisa como uma arqueologia (MOTTA, 2001:95)

Portanto consideramos que a pesquisa arqueológica foucaultiana situa-se na definição dos enunciados discursivos em suas especificidades temporais, demonstrando assim, como os discursos sobre os objetos se transformam de acordo com a vontade de saber do período localizado.

Finalmente podemos conceituar que a arqueologia não procura por se constituir como uma ciência, ou propriamente, num campo específico da história, mas

sim que apareça como um instrumento de análise que possa ser operado nas diferentes dimensões da História, obtendo-se as regras de formação e execução dos discursos do saber de uma determinada época.

Referência |Bibliográfica.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 2007.

FOUCAULT, Michel. *História da Loucura*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília: São Paulo: EDUNB, 1982, 2ª. Ed.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2005. MACHADO, Roberto. *Foucault, A Ciência e o Saber*. Rio de Janeiro: Ed. JZE.

MACHADO, Roberto. *Foucault, Filosofia e a Literatura*. Rio de Janeiro: Ed. JZE.

CARDOSO JUNIOR, Helio Rebello. *Enredos de Clio, Pensar e Escrever a História com Paul Veyne*. São Paulo. Ed. Unesp. 2003.

MOTTA, Manoel Barros. *Ditos e Escritos vol. IV*. Forense Universitaria, 2001. Rio de Janeiro. P,95.